

Qualidade do trabalho: o grande desafio

Foi-nos ensinado que "trabalho bom é aquele com carteira assinada", uma vez que garante os direitos trabalhistas, permite a sindicalização e, na maioria das vezes, remunera melhor do que outras formas de trabalho.

Em resposta às sucessivas tentativas de estabilização e às reformas estruturais ainda em curso, todos os setores que costumavam empregar "bem" (a indústria de transformação, o setor financeiro, a administração pública e as empresas estatais) passaram, ao longo da última década, a empregar menos. Com isto, a probabilidade de um membro da População Economicamente Ativa (PEA) das principais regiões metropolitanas do Brasil obter um emprego com carteira assinada diminuiu dez pontos percentuais ao longo deste período, segundo a Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE.

A principal contrapartida deste fenômeno, no entanto, não foi um aumento explosivo da taxa de desemprego aberto, mas uma elevação das participações dos empregados sem carteira assinada e, sobretudo, dos trabalhadores por conta-própria na ocupação total. Segundo o que assinalam pesquisas recentes, a transição do formal para o informal atingiu sobretudo trabalhadores do sexo masculino, com 35 anos ou mais, baixa escolaridade, muito tempo de serviço em algum dos setores "decadentes" listados acima e implicou, na maior parte dos casos, uma expressiva perda de renda - ainda que os informais tenham registrado ganhos de renda real mais significativos que os formais nos dois primeiros anos de Real.

Embora as taxas de desemprego aberto continuem relativamente baixas para os padrões internacionais, a opinião pública está apavorada com o desemprego porque entende que o sonho da carteira assinada está cada vez mais remoto e que as condições para se estabelecer por conta-própria em condições dignas ainda não estão dadas.

Como reverter este quadro?

Há dois caminhos possíveis. O primeiro é o de procurar reverter o quadro declinante do emprego formal. O segundo, tão importante quanto, é o de tentar diminuir as perdas, pecuniárias e psicológicas, inerentes à transição do formal para o informal.

A retomada de uma trajetória de crescimento sustentável é condição necessária - mas não suficiente - em ambos os casos.

No primeiro, pode-se acrescentar, no mínimo, a redução e a flexibilização da jornada de trabalho e a consolidação de um sistema público de emprego capaz de integrar as ações do seguro-desemprego, da intermediação de mão-de-obra e da re-qualificação profissional.

No segundo, a sociedade civil organizada e o Estado devem mostrar aos trabalhadores renegados pelo mercado de trabalho que estão dispostos a apostar neles, dando-lhes um crédito para que possam se transformar em sujeitos de suas próprias histórias. Trocando em miúdos, trata-se de implementar uma política "micro-industrial" voltada a trabalhadores autônomos, micro-empresários e cooperativas ou associações de produção visando melhorar a qualidade destes empreendimentos através da capacitação, da assistência técnica, do crédito produtivo popular e do apoio à comercialização.

Isto posto, não há porque se contentar com a atual qualidade do trabalho formal. Por três razões:

- a escolaridade média de nossa força de trabalho ainda é penosamente baixa;
- a qualidade dos postos de trabalho também deixa a desejar; e
- as relações de trabalho ainda se dão em um contexto institucional arcaico.

Este conjunto de fatores não apenas configura um handicap considerável à nossa capacidade de inserção competitiva no comércio internacional de bens e serviços (e, portanto, à retomada do crescimento a longo prazo), como constitui um obstáculo sério ao combate à pobreza e à consolidação do esforço de democratização de nossa sociedade.

A prioridade absoluta deve ser dada ao up-grading da escolaridade da PEA, uma vez que esta influencia - direta ou indiretamente - os três fatores apontados acima, mas também porque o quadro, nesta área, é particularmente dramático: a tabela A.2.6

*Secretário Especial do Trabalho da Prefeitura do Rio de Janeiro.

no anexo desta publicação mostra que, no conjunto das seis principais regiões metropolitanas (onde a escolaridade tende a ser mais elevada), quase um terço das pessoas ocupadas não passaram da 4.ª série do primeiro grau - um número que representa cerca do dobro do das pessoas que atingiram o ensino universitário.

A qualidade dos postos de trabalho, por sua vez, só pode melhorar com uma vigorosa retomada dos investimentos produtivos e com um aprofundamento do processo de adoção de novas formas de organização do trabalho que transfiram aos trabalhadores um maior controle do processo produtivo e

uma maior responsabilidade na gestão de suas firmas.

Quanto às relações de trabalho, por fim, trata-se de dismantelar o velho aparato tutelar e de aumentar o poder de barganha e a responsabilização macroeconômica dos sindicatos via, por exemplo, a substituição do imposto sindical por um sistema de contribuições voluntárias, a introdução da possibilidade do sindicato se organizar a nível da firma, um maior grau de centralização e de sincronização das negociações coletivas, etc.

A agenda é vasta e os resultados só chegarão no longo prazo. Daí a necessidade de se priorizar estas questões desde já.